

Desconcentração Urbana e Oportunidades de Trabalho: um estudo da integração dos imigrantes no mercado de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras¹

Rodrigo Valente Serra²

Introdução

Este estudo pretende informar os promotores de políticas públicas sobre a capacidade de absorção da mão-de-obra imigrante nos mercados de trabalho das cidades médias³ e regiões metropolitanas brasileiras na década de 80. A intenção, portanto, é verificar em que medida houve alguma diferença na forma pela qual o imigrante das cidades médias integrou-se neste mercado *vis-à-vis* a integração obtida pelo imigrante nas regiões metropolitanas.

Se tomarmos o conjunto das 81 cidades médias nacionais verifica-se que estas experimentaram na década de 80 uma taxa anual média de crescimento (3,19%) significativamente superior àquela apresentada pela população metropolitana nacional (1,98%)⁴. Tal dinamismo certamente não pode ser fundamentado apenas no crescimento vegetativo destas cidades, fato que destaca a importância dos fluxos migratórios como componente do crescimento urbano experimentado por estes centros.

Embora não seja possível associar o desempenho econômico e populacional do conjunto de cidades médias com políticas regionais coordenadas à nível federal ou estadual, certo é que o seu ritmo de crescimento atendeu aos objetivos, explicitados na década de 70, de desconcentração espacial da renda e da consolidação de uma rede urbana mais equilibrada⁵.

De uma forma genérica, as propostas e políticas para o desenvolvimento urbano que defendiam a premência de investimentos nas cidades médias, vinculavam-se aos seguintes objetivos:

1. O crescimento das cidades médias era visto como positivo – e até certo ponto emergencial - para a desaceleração do ritmo de crescimento das metrópoles nacionais e regionais;
2. Para além das intenções de atenuar o crescimento das regiões metropolitanas, os investimentos nas cidades médias eram vistos como fundamentais para a distribuição espacial da riqueza nacional. Uma distribuição que, calcada em centros urbanos dotados dos fatores necessários ao desenvolvimento eficiente de atividades dinâmicas, possibilitaria

¹ Trabalho vencedor (categoria Profissionais e Público em Geral) do Concurso Nacional de Monografias sobre População e Desenvolvimento (1999), da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd) e Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP). Este estudo foi realizado com apoio do Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos – Nemesis (MCT/Finex – CNPq/Pronex), sob a coordenação do Prof^o Thompson Almeida Andrade e colaboração da Profa Ângela Moulin (UERJ), contando com a participação dos estagiários Gheisa Roberto Telles Esteves (estudante de economia da UERJ) e Denis Paulo dos Santos (estudante da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE).

² Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), pesquisador associado à Dipes/IPEA, Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente / UNICAMP.

³ Neste estudo Cidades Médias são aquelas 81 cidades, não metropolitanas e não capitais, com população, em 1991, entre 100 mil e 500 mil habitantes.

⁴ Para uma análise da evolução demográfica das cidades médias nos últimos vinte e cinco anos ver Andrade e Serra (1998a).

⁵ Um sistema urbano mais equilibrado pode ser entendido como possuindo uma hierarquização da rede de cidades mais próxima ao tipo “rank-size” ou “log normal”.

convergir os interesses de equidade distributiva e manutenção de um ritmo de crescimento econômico acelerado;

3. O crescimento e multiplicação das cidades médias também podem ser lidos como respostas aos objetivos de ocupação territorial. As cidades médias, funcionando como pólos dinamizadores regionais, possibilitariam também a convergência dos interesses em integrar o território e ocupar as fronteiras nacionais.

Pode ser argumentado que estes objetivos atrelavam-se a resultados agregados para o desenvolvimento econômico nacional, senão vejamos: freiar o crescimento das metrópoles e dinamizar áreas do interior, para além da preocupação com a qualidade de vida dos habitantes metropolitanos, são objetivos vinculados à busca de maior eficiência produtiva, uma vez que nas cidades médias não se verificariam as *deseconomias de aglomeração* reinantes nos grandes centros urbanos do país; por outro lado, a ocupação do território é explicitamente uma estratégia de desenvolvimento de âmbito nacional, sobretudo quando se alude à dimensão continental do país e os grandes vazios urbanos presentes em seu território.

Neste trabalho propõe-se uma inversão do olhar sobre as cidades médias. O crescimento demográfico das cidades médias é interpretado como gerador (ou não) de benefícios (ocupação, renda e amparo legal das relações trabalhistas) para os imigrantes que para lá se dirigiram, quando confrontados com a situação dos imigrantes que se destinaram as metrópoles. Em outros termos, procura-se saber até que ponto o crescimento das cidades médias foi eficiente – não devido a potencialidade de gerar um maior nível de eficiência econômica agregada – mas sim no sentido de proporcionar vantagens aos imigrantes que para lá se dirigiram.

O estudo utiliza-se de dados do último Censo Demográfico (1991), fato que sugere cuidados especiais quanto à sua validade diante da conjuntura atual, decorridos 8 anos. Contudo, em que pese a defasagem temporal dos seus resultados, este estudo parece oportuno diante de um possível quadro de reconcentração (ou de atenuação do processo de desconcentração espacial da riqueza nacional) sugerido pela recente literatura pertinente ao tema⁶, e, de certa forma, ratificado pelos resultados da Contagem Populacional de 1996⁷.

Ora, se evidências recentes vierem confirmar este processo de reconcentração espacial, é provável que os investimentos nas cidades médias sejam *relembrados* pelos pesquisadores e planejadores públicos como políticas prioritárias para os rumos do desenvolvimento urbano nacional. Sendo este o caso, parece-nos, de extrema importância que estas políticas possam ter como subsídio – e um argumento adicional – uma análise relativamente recente que mostre o grau de adaptação dos imigrantes nestas cidades em confronto com os imigrantes que se dirigiram às metrópoles. Este estudo pretende anteceder eventuais propostas de dinamização

⁶ No contexto socioeconômico atual, os imbricados processos de *reestruturação produtiva*, *mundialização dos mercados* e *diminuição do Estado* parecem ter implicações sobre a espacialização das atividades econômicas ainda pouco discutidas e/ou evidenciadas. Neste cenário de incertezas, sobre os rumos do desenvolvimento urbano nacional, parece pertinente o conhecimento da experiência recente de crescimento das cidades médias, para permitir uma avaliação quantitativa e qualitativa de sua importância para o processo de desconcentração populacional e econômica, e balizar o debate acerca da continuidade de seu papel estratégico neste processo.

⁷ A Contagem Populacional de 1996 mostra que o crescimento populacional observado para o conjunto das regiões metropolitanas do país (excluindo-se Vitória) volta a experimentar um ritmo superior ao ritmo de crescimento nacional.

das cidades médias procurando responder a seguinte indagação: Foi benéfico para os imigrantes (em termos comparativos) o fato de terem se dirigido às cidades médias ?

O trabalho organiza-se da seguinte forma. Na seção II são apresentados argumentos e evidências que expõe a importância das cidades médias para o processo de desconcentração econômica e populacional da sociedade brasileira. A seção III dedica-se à apresentação dos principais argumentos que permitem compreender os possíveis impactos na organização espacial da sociedade advindos dos concomitantes processos de reestruturação produtiva, abertura comercial e diminuição da presença do estado na alavancagem da economia brasileira. Na seção IV reporta-se o dimensionamento dos fluxos migratórios nas cidades médias e faz-se uma análise das suas características. A seção V trata do exame da questão da integração dos imigrantes nos mercados de trabalhos destas cidades e das áreas metropolitanas, fazendo uma análise dos seus rendimentos, da sua taxa de ocupação e da sua inserção no mercado formal. A seção final faz uma síntese dos resultados obtidos e aponta algumas linhas para estudo futuro e para formulação de políticas.

II. O PAPEL ESTRATÉGICO DAS CIDADES MÉDIAS NO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Em 1970, quando 44% da população urbana brasileira concentrava-se nos 8 maiores centros urbanos do país, revelava-se a importância das cidades médias para reversão do quadro de concentração espacial da população e das atividades econômicas. Tal importância, em parte, foi alimentada pela tese da “reversão da polarização”, difundida na década de 70 por Richardson, e consubstanciada pelas evidências empíricas observadas nos países desenvolvidos.

De acordo com a tese da reversão da polarização, a metropolização seria um fenômeno comum ao estágio de consolidação da estrutura produtiva dos países em desenvolvimento. Contudo, o próprio desenvolvimento econômico destes países daria início a um mecanismo automático de desconcentração das atividades econômicas em direção às cidades de porte médio. Este processo automático teria como fundamento os custos - sociais e privados - proibitivos para o desenvolvimento de certas atividades econômicas nas saturadas metrópoles. Tais custos, identificados pela literatura econômica como *deseconomias de aglomeração*, traduzem os efeitos negativos atrelados a alta concentração de atividades nas metrópoles, entre os quais podem ser lembrados: a poluição atmosférica, o tempo desperdiçado nos congestionamentos, a elevação dos aluguéis e a saturação da infra-estrutura produtiva e dos serviços ligados mais diretamente à saúde dos moradores metropolitanos.

No Brasil, a realização de alguns estudos empíricos⁸ evidenciaram que, já na década de 70, poderia ser percebido o fenômeno da *reversão da polarização*. Nesta mesma década ocorria um espraiamento industrial para quase todos os estados brasileiros, valorizando o interior do Estado de São Paulo como palco de novas localizações industriais. Já na década de 80, deve ser dada atenção a um movimento de reconcentração da indústria nacional, na faixa que vai da região central de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul, sendo que no

⁸ O trabalho de Azonni (1986) constitui-se referência básica para aqueles interessados em conhecer a versão brasileira do processo de reversão da polarização.

interior desta faixa seria possível perceber um melhor distribuição espacial da indústria. [Diniz (1993)].

Obviamente que a saturação das metrópoles, e o conseqüente surgimento das deseconomias de aglomeração, não são fatores suficientes para engendrar o processo de *reversão da polarização*. Foi preciso que, para além dos centros metropolitanos, houvesse espaços alternativos à localização das firmas, ou seja, centros urbanos dotados da infraestrutura necessária para o desenvolvimento de atividades dinâmicas e para o escoamento de sua produção em direção aos mercados consumidores.

Como a desconcentração espacial exigia que os centros não metropolitanos fossem providos de infra-estrutura produtiva, as cidades médias ganhavam destaque também como possíveis alvos de políticas públicas, em muitos dos estudos que, na década de 70, vinculavam-se ao problema da concentração espacial da população e das atividades econômicas num país em processo de industrialização.

Tomando as cidades médias como alvos de políticas de desconcentração espacial, deve ser destacado o papel estratégico deste conjunto de cidades diante da clássica oposição entre as políticas de desenvolvimento econômico orientadas pelo princípio da *eficiência* e aquelas voltadas para uma maior *equidade* na repartição espacial da riqueza nacional.

De forma genérica, as políticas orientadas pelo princípio da eficiência econômica tendem a possuir um caráter espacialmente concentrador. Isto explica-se em função dos maiores níveis de produtividade que ocorrem nos grandes centros urbanos, propiciando maior competitividade aos bens ali produzidos. Esta maior produtividade, dá-se, entre outros fatores, pela maior e melhor oferta de infra-estrutura produtiva, pela existência de mão-de-obra qualificada e pela escala do mercado que ocorre nos centros de maior porte.

Em sentido inverso, as políticas de desenvolvimento orientadas pelo princípio da equidade são capazes de distribuir espacialmente a riqueza nacional - através dos investimentos diretos estatais, subsídios e outros incentivos - justamente por desvencilharem-se de resultados estritamente competitivos⁹.

O papel estratégico das cidades médias consistia justamente na possibilidade de convergir ambos objetivos, isto a partir da interpretação de que a elevação da participação destas cidades na distribuição do produto nacional poderia combinar as necessidades de distribuir espacialmente a riqueza nacional¹⁰ e de buscar níveis de produtividade compatíveis com um ritmo acelerado de crescimento econômico.

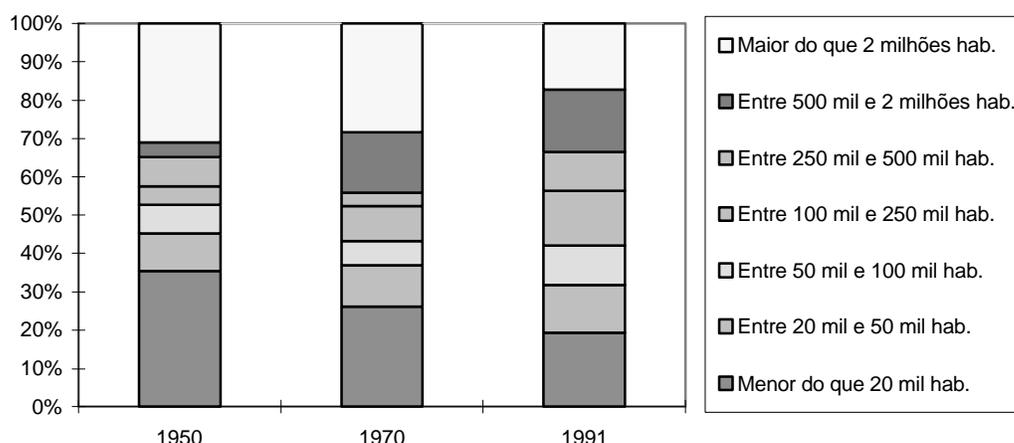
Em recente trabalho, Andrade e Serra (1998), advertiram que “um olhar retrospectivo para as quatro últimas décadas, não obstante confirme a distribuição concentrada da população urbana brasileira, aponta para uma tendência bem marcada do papel das cidades médias no

⁹ Na verdade, sejam em economias capitalistas ou socialistas, dificilmente encontram-se políticas de desenvolvimento plenamente orientadas por um desses princípios. O que se encontra na prática são ações governamentais híbridas, conjugando, com maior ou menor equilíbrio, ambas as orientações para a política de desenvolvimento nacional.

¹⁰ Não se pretende minimizar a importância da distribuição social da renda como requisito para o desenvolvimento nacional. Entretanto, a distribuição social da renda requer a utilização de um instrumental político que não será abordado neste estudo.

crescimento demográfico do país. Nesse aspecto, o Gráfico 1 é bem ilustrativo ao demonstrar o achatamento crescente das extremidades das barras populacionais. Os centros intermediários (entre 50 mil e 500 mil habitantes), que em 1970 detinham 19,1% da população urbana nacional, passaram em 1991 a agrupar quase 1/3 desta mesma população.” (Andrade e Serra: 1998, p.3).

Gráfico 1
Participação no Total da População Urbana, segundo as
Classes de Tamanho dos Centros Urbanos — 1950/91



Fonte: Andrade e Serra: 1998, p. 4.

III - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, ABERTURA COMERCIAL E “DIMINUIÇÃO” DO ESTADO: POSSÍVEIS IMPACTOS TERRITORIAIS

Como vem se reestruturando o sistema urbano nacional na década de 90 ? A carência de informações econômicas estatisticamente significativas em nível municipal e/ou espacialmente abrangentes torna extremamente difícil uma comprovação empírica das mudanças recentemente ocorridas no grau de dispersão territorial da população e das atividades econômicas. Por outro lado é possível encontrar um conjunto satisfatório de interpretações sobre os rumos da organização espacial da sociedade brasileira advindos das recentes mudanças no processo produtivo e organizacional, vinculados à chamada *reestruturação produtiva*; realizada em um ambiente econômico de maior *abertura comercial*; e inserida num cenário político de profundas *modificações do papel do Estado* para a alavancagem do desenvolvimento nacional.

Parte-se da hipótese que os três fenômenos acima citados (reestruturação produtiva, abertura comercial e redimensionamento do Estado) não são neutros no que se refere à capacidade de provocar alterações na distribuição espacial da riqueza nacional. Entretanto, dado o estágio ainda incipiente destes fenômenos e a carência de estudos empíricos sobre os reflexos destas transformações no sistema urbano nacional, não se pode com segurança apontar as direções destes impactos territoriais¹¹: i) se é no sentido de intensificar o grau de

¹¹ Um balanço inicial permite especular sobre uma hegemonia das interpretações que apontam a ocorrência presente de processos reaglomerativos (no que se refere ao setor industrial) sobre aquelas interpretações que evocam uma continuidade do fenômeno de desconcentração espacial das atividades econômicas no país. Entre

concentração urbana; ii) se, alternativamente, contribui para um maior equilíbrio espacial da rede de cidades nacional; iii) ou ainda, se aciona os dois processos simultaneamente (de concentração e desconcentração), na medida em que setores/ramos econômicos são afetados de forma diferenciada, gerando um saldo líquido de sinal desconhecido. O debate sobre as supostas implicações territoriais destes citados fenômenos mostra haver argumentos válidos, tanto para justificar uma tendência de reconcentração espacial, como para permitir uma interpretação de que o processo de *reversão da polarização* iniciado na década de 70 esteja ganhando dinamismo.

Com respeito as mudanças tecnológicas vinculadas à chamada reestruturação produtiva (ou à Terceira Revolução Científica Tecnológica), estas parecem influenciar os modelos locacionais no sentido da desconcentração urbana, na medida que, ao promoverem o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, ocasionam uma barateamento nos custos de transferências (reunião dos insumos + transporte dos produtos). Este efeito sobre os modelos locacionais tenderia a intensificar-se com o avanço do novo paradigma produtivo (*centrado na microeletrônica e na informação*) sobre o conjunto de setores e ramos produtivos da economia nacional.

Mas, a mesma ampliação do conteúdo tecnológico nos processos produtivos acaba por revalorizar a metrópole como espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades econômicas modernas. Isto porque é nas metrópoles onde estão concentradas as universidades, centros de pesquisa e os serviços industriais “superiores” (ou de alta qualificação)¹². A proximidade com estes elementos interessa às firmas, pois facilita a transferência de tecnologia dos “laboratórios” para o interior do espaço produtivo.

Outro fator que permite associar *reestruturação produtiva* e reconcentração espacial nos grandes centros urbanos do país parece ser a difusão do processo de *desintegração vertical*. As firmas, ao enxugarem seu escopo produtivo, dedicando-se apenas à realização de tarefas/produtos para as quais possuam conhecimento específico (vantagens comparativas), tornam-se cada vez mais dependentes do fornecimento de insumos. E, como é sabido, quanto maior a interdependência entre firmas, maior a tendência de ocorrer aglomeração.

No concernente à abertura comercial, pode-se supor que a eliminação de barreiras tarifárias venha a dinamizar as trocas de insumos produtivos e a comercialização de produtos finais entre pontos no interior do país e o “resto do mundo”. Assim, por exemplo, regiões ou cidades produtoras de *commodities* podem experimentar grande dinamismo a partir de uma intensificação de seu comércio exterior. Da mesma forma, regiões ou cidades, em um contexto de maior abertura comercial, podem ser economicamente favorecidas com o barateamento de um insumo essencial à sua base produtiva. No Brasil, este efeito parece estar se concretizando em alguns pontos do interior da região centro-sul do país, beneficiadas pela consolidação do

os primeiros pode-se destacar os trabalhos de Azzoni (1997), Diniz e Lemos (1997), Cano (1995), Haddad (1994), Lavinias (1994) e Negri (1992). Como representativos dos trabalhos que apontam a continuidade do processo de desconcentração espacial deve-se ter como referência: Pacheco (1998), Rodrigues (1998) e Castro (1997).

¹² Não necessariamente a metrópole apresenta-se como locus privilegiado para localização de firmas de plantas industriais modernas. Estas, a rigor, poderiam, inclusive, se dirigir para centros urbanos pequenos. Entretanto esta possibilidade estaria associada ao surgimento de tecnopólos nestes centros urbanos (veja por exemplo a cidade de Santa Rita do Sapucaí - MG), o que não parece ser um fenômeno com presença marcante na rede urbana nacional. Tampouco políticas sistemáticas de apoio e criação destes tecnopólos em cidades pequenas parece elencar as diretrizes nacionais da política de desenvolvimento regional contemporânea.

Mercosul. Contudo, é preciso ressaltar a possibilidade de uma leitura deste fortalecimento do interior do centro-sul não como manifestação de uma desconcentração efetiva, mas sim como um espraiamento limitado à área economicamente mais dinâmica do país.

A abertura comercial, por outro lado, colocando (muitas vezes de forma abrupta) setores e gêneros produtivos sob a concorrência externa, pode ser interpretada como alimentadora do processo de concentração espacial e, conseqüentemente, de ampliação da secular diferenciação regional brasileira. Este efeito fundamenta-se nas enormes diferenças existentes entre sub-espacos nacionais, tanto no que diz respeito à competitividade vigente, quanto no tocante à capacidade de investimentos, visando melhorias nos níveis de eficiência produtiva¹³.

Por fim, deve-se comentar os possíveis efeitos da “*diminuição*” do Estado sobre o grau de concentração urbana nacional¹⁴. O que pode ser alegado como fator contributivo para a desconcentração urbana é a ampliação da capacidade de investimento em infra-estrutura produtiva resultante do processo de privatização de setores estratégicos neste aspecto, por exemplo: estradas, ferrovias, energia elétrica e telefonia¹⁵. Neste raciocínio, os limites orçamentários do Estado, pressionados pelo tamanho das dívidas interna e externa (e pelo altíssimo custo de sua “rolagem”), limitariam a capacidade do poder público em conservar e ampliar as *redes de comunicação* internas ao país, o que restringiria a possibilidade de desenvolvimento de inúmeros pontos do território nacional¹⁶.

É bem verdade que a conservação/ampliação das vias de comunicações internas podem ter efeitos danosos sobre as regiões periféricas, na medida em que facilita a distribuição pelo território nacional daqueles bens produzidos com maior eficiência nos grandes centros urbanos nacionais. Tal fato, portanto, relativiza o argumento de que a privatização pode gerar efeitos de desconcentração urbana.

Mas, há outros argumentos que contribuem para se acreditar na existência de vínculos entre uma tendência espacialmente concentradora e uma política orientada para a redução do papel mais direto do Estado no desenvolvimento econômico nacional. Primeiramente, pode-se fazer referência à própria perda de *status* dada ao planejamento regional, o qual representa um instrumento extremamente necessário para ações voltadas para a desconcentração urbana, no mínimo, servindo para implantar políticas governamentais compensatórias aos possíveis efeitos concentradores acima descritos.

¹³ Ver Guimarães Neto (1996) sobre possíveis efeitos danosos sobre a economia nordestina advindos da forma como se processa a inserção do país na economia internacional.

¹⁴ Rodriguez (1997) fala ainda de efeitos macroeconômicos pós-plano Real que tenderiam a favorecer a desconcentração espacial: “o efeito combinado de ampliação do mercado interno com a melhoria salário real, a estabilidade econômica, a redução de incertezas proporcionadas pelo Plano Real e a retomada dos investimentos em infra-estrutura modificou as condições que favoreciam a reconcentração circunscrita ao Estado de São Paulo e ao grande polígono em torno dele.” (Rodriguez (97), p. 15).

¹⁵ Diniz e Lemos (1997) mostram que os efeitos da privatização sobre a distribuição espacial das atividades econômicas relaciona-se com a destinação dos recursos captados ou poupados pelo governo federal neste processo de desestatização. Na hipótese dos recursos forem utilizados para provimento de infraestrutura nas regiões periféricas, o efeito pode ser benéfico para a desconcentração, na hipótese alternativa, se a privatização servir para enxugar gastos governamentais (e não ampliar investimentos) a tendência será de ampliação da densidade econômica na região centro-sul do país.

¹⁶ Azzoni (1997) defende que “a incapacidade do governo federal em arcar com os investimentos em infra-estrutura, principalmente depois de 1988 (com a reforma fiscal), fez aumentar o diferencial de infra estrutura entre estados e municípios ricos e pobres.”

Para além do esvaziamento dos órgãos de planeamento, a política de privatizações pode ser associada à concentração urbana, na medida em que seja válido interpretá-la (a privatização) como perda de capacidade de investimento governamental direto. Investimentos estes que potencialmente podem atender ao princípio da equidade na distribuição espacial da riqueza nacional. Como os investimentos privados em infra-estrutura vinculam-se exclusivamente ao princípio da eficiência, pode ser argumentado que as privatizações se concentrarão no Centro-Sul do país¹⁷. Como mostra Azzoni (1997), acreditando-se que a privatização traz elevação da produtividade, pode-se concluir pelo aumento dos diferenciais de produtividade inter-regionais.

Diante da validade dos opostos argumentos sucintamente aqui apresentados torna-se extremamente valiosa a construção de indicadores que contribuam para retratar as modificações mais recentes na distribuição espacial não só da indústria, como do conjunto dos setores econômicos nacionais. Independentemente dos resultados, as cidades médias parecem deter papel de destaque na distribuição espacial da riqueza nacional. Se a divulgação dos primeiros resultados do Censo 2000 reunir evidências que comprovem, durante a década de 90, um processo de reconcentração urbana nos grandes centros do país, as cidades médias seriam tomadas como alvos estratégicos para eventuais políticas de desconcentração. No caso oposto, havendo evidências de um processo de desconcentração urbana, a posição estratégica das cidades médias manifesta-se sobre a potencialidade destas contribuírem para a continuidade deste fenômeno.

Como a compreensão da integração do imigrante no mercado de trabalho dos centros urbanos nacionais pode contribuir para as políticas de desconcentração? Partindo-se da premissa que grande parte da mobilidade da população realiza-se em função da distribuição espacial das oportunidades de emprego, torna-se oportuno compreender em que lugares os imigrantes tiveram maior sucesso em sua colocação no mercado de trabalho. Ora, é sabido que a colocação bem sucedida do imigrante em um determinado mercado difundiu-se como informação (pessoal ou midiática), sustentando movimentos migratórios futuros para determinados centros. Ao contrário, frustrações na integração do imigrante em outros centros, funcionam como mecanismo inibidor de fluxos migratórios para estes centros. Nesta perspectiva, os rumos da desconcentração espacial pode ser vista como função dos sucessos e frustrações vividos pelo imigrante em sua busca por melhores oportunidades de trabalho. Mesmo que limitado às cidades médias e regiões metropolitanas, a investigação, feita nas próximas seções, sobre a absorção dos imigrantes nestes mercados de trabalho informa aos planejadores de políticas públicas sobre a consistência (ou não) das cidades médias como centros dinâmicos, e fundamentais para a desconcentração metropolitana do país, dado que o “insucesso” do imigrante no mercado de trabalho das cidades médias pode torná-lo um potencial emigrante para as áreas metropolitanas, tornando-o ainda num eventual difusor desta opção metropolitana.

IV – DINÂMICA MIGRATÓRIA NA DÉCADA DE 80: CIDADES MÉDIAS VIS-À-VIS REGIÕES METROPOLITANAS

¹⁷ Diniz e Lemos (97) mostram que especificidades do setor de infra-estrutura, tais como o grau elevado de indivisibilidades, o seu consumo difundido e a baixa relação produto/capital, tornam esta atividade interessante a iniciativa privada somente aonde existe alta densidade econômica. Do contrário, nas áreas de baixa densidade econômica, é mister a participação do Estado para complementação da infra-estrutura produtiva necessária à alavancagem econômica destas mesmas áreas.

O conjunto das 81 cidades médias experimentou na década de 80 uma taxa média de crescimento de 3,2% ao ano, bastante superior portanto àquela verificada para o conjunto da população brasileira, de 1,9% ao ano. Tal dinamismo certamente não pode ser fundamentado apenas no crescimento vegetativo destas cidades, fato que destaca a importância dos fluxos migratórios como componente do crescimento urbano experimentado pôr estes centros. Esta constatação nos levou a elaborar uma análise comparativa dos movimentos migratórios que se dirigem às cidades médias, em comparação com aquele direcionado para as regiões metropolitanas, buscando avaliar se as cidades médias têm sido escolhidas como destino dos fluxos migratórios e, em que medida se justifica esperar que constituam “diques” ao crescimento metropolitano.

Desde logo, cabe esclarecer que, embora o estudo tenha como objeto o espaço urbano, as informações levantadas com referência a dinâmica migratória referem-se ao total do município, incluindo, assim, os fluxos com origem e destino nas áreas rurais destes municípios. Tal fato, a princípio, não traz perturbações à análise, uma vez que, por um lado, constata-se o alto grau de urbanização dos municípios que compõem o universo de análise e, por outro, observa-se que o dinamismo da cidade é também função das atividades primárias desenvolvidas em seu entorno.

IV.1 Magnitude e Importância Relativa dos Fluxos Migratórios

Em termos absolutos, durante os anos de 1981 e 1991, as nove regiões metropolitanas (compostas por um conjunto de 164 municípios) atraíram 4,6 milhões de migrantes, valor que supera o contingente migratório que se dirigiu para os 81 centros médios, que foi de 3,9 milhões. Nas cidades médias, este contingente de imigrantes correspondia a 21,1% de sua população, enquanto que nas nove regiões metropolitanas, os imigrantes dos anos 80 correspondiam a 10,8% de sua população total.

Se, por um lado, tais valores mostram como ainda são importantes os vetores migratórios em direção as áreas metropolitanas nacionais, por outro lado explícita a força de atração dos centros médios nacionais. Vale dizer, apesar de envolver um número menor de cidades, bem como um número menor de imigrantes, o contingente de imigrantes que se dirigem às cidades médias representa um percentual próximo a duas vezes mais do que aquele observado para o conjunto das cidades que fazem parte das regiões metropolitanas institucionalmente constituídas em 1991. Assim, a imigração é um componente mais importante do crescimento populacional das cidades médias do que das regiões metropolitanas. Este resultado aponta para o papel das cidades médias como “diques “ do crescimento metropolitano.

A comparação dos saldos migratórios das cidades médias e regiões metropolitanas segundo as regiões geo-econômicas apresentam resultados interessantes. Quando observamos as cidades médias, verificamos que é na fronteira amazônica e do Centro-Oeste onde é maior o saldo migratório das cidades médias. Contudo, na única região metropolitana da Região Norte, Belém, foi observado um saldo migratório inferior à metade daquele das cidades médias do interior do Norte e Centro-Oeste.

A partir dos anos 70, o crescimento da indústria pesada nacional, aliado à posterior busca de *superávites* da balança comercial, contribuiu para o avanço das fronteiras de extração mineral do Norte, as quais mesmo com características de enclave, impulsionaram o crescimento da economia regional, dinamizando cidades como Marabá. Esta cidade, que dobrou sua população durante a década de 80, teve sua dinâmica migratória fortemente

influenciada pelo garimpo, o qual constitui-se, deve-se lembrar, numa exploração econômica episódica.

“O desempenho das cidades médias da região Centro-Oeste tem correspondência com a evolução da distribuição regional na participação do Valor da Transformação Industrial (VTI) nacional, na qual a participação do Centro-Oeste eleva-se, no período 1970/85, de 0,8% para 1,4%. Sabe-se ainda que o desempenho dessas cidades relaciona-se diretamente ao avanço da agroindústria brasileira, impulsionada, sobretudo, (Negri: 1992): a) pela política de incentivos às exportações para fazer frente aos compromissos com a dívida externa brasileira, implicando no aumento da produção de soja; b) pelo avanço tecnológico que permitiu um melhor aproveitamento do cerrado; e c) pela ampliação dos investimentos em infra-estrutura ferroviária e rodoviária nesta região. Com o desenvolvimento da agricultura do Centro-Oeste, os centros urbanos regionais são dinamizados, tanto por sua função de base urbana para distribuição e comercialização de bens e serviços de apoio às atividades primárias, quanto pela demanda de insumos industriais para a agroindústria.” (Andrade e Serra: 1998, p.19).

Tabela 1 – Imigrantes e Saldos Migratórios Diretos¹⁸, Segundo Escalas Espaciais Seleccionadas

Escalas Espaciais	Imigrantes	Imigrantes (81/91) / População 91 (%)	Saldo Migratório / População 91 (%)
Cidades Médias do NO/CO	495.954	34,5	20,6
Cidades Médias do NE	610.279	19,2	2,5
Cidades Médias do RJ, MG e ES	814.386	18,4	6,5
Cidades Médias de SP	1.265.437	21,8	9,6
Cidades Médias do Sul	748.150	19,9	4,0
Cidades Médias	3.934.206	21,1	7,4
RM Belém	184.044	13,8	5,3
RM Fortaleza	348.263	15,1	8,6
RM Recife	260.822	9,1	4,7
RM Salvador	309.011	12,4	7,1
RM Belo Horizonte	432.264	12,6	6,8
RM Rio de Janeiro	573.832	5,9	0,3
RM São Paulo	1.748.709	11,3	1,7
RM Curitiba	340.849	17,1	10,4
RM Porto Alegre	404.917	13,3	7,0
Regiões Metropolitanas	4.602.711	10,8	3,6

Fonte: Tabulação Própria a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991.

No Nordeste, a situação se inverte: suas cidades médias interioranas apresentaram saldo migratório médio muito menor do que aquele observado nas suas três regiões metropolitanas, Salvador, Recife e Fortaleza. Estes resultados são consistentes com a abordagem que credita à Amazônia maior poder de atração de imigrantes pôr sua condição de fronteira econômica. Nestas condições, os imigrantes tendem a se espalhar pôr seu território,

¹⁸ O saldo migratório direto é calculado simplesmente pela subtração Imigrantes – Emigrantes, não levando em conta os cálculos relativos aos filhos destes migrantes (efeitos indiretos).

atraídos pela maior possibilidade de acesso à terra, levando, pois, dinamismo à rede urbana interiorana. Já no Nordeste, a combinação de desestruturação da economia primária, e sua consequente liberação de trabalhadores rurais, conjuga-se com a perda de atratividade das metrópoles sudestinas, levando os fluxos migratórios de origem nordestina a buscarem fixar-se nas metrópoles regionais.

Na Região Sul, a mobilidade da população tem favorecido suas duas regiões metropolitanas que apresentaram saldos migratórios de cerca duas vezes aquele observado pelas cidades médias interioranas sulistas. Nesta região, a população já estava mais bem distribuída em função do processo histórico de sua ocupação, muito baseada na pequena propriedade agrícola associada aos fluxos imigratórios de origem européia. Durante os anos 80, como indicam os dados, ocorreu uma reversão desta tendência histórica, acelerando-se o processo de polarização espacial em torno das regiões metropolitanas. Este novo cenário é devido ao processo de concentração fundiária na região, com eliminação de culturas agrícolas tradicionais como o café, e políticas de atração de investimentos industriais mais agressivas, as quais foram responsáveis pela reconversão da economia paranaense, em particular, de um perfil primário para um outro mais identificado com o setor secundário.

No Sudeste, o quadro apresenta uma certa heterogeneidade entre as suas metrópoles. No Rio de Janeiro, foi muito nítido o processo de perda de capacidade de atração de fluxos migratórios, o que não ocorreu nem com São Paulo e nem com Belo Horizonte. Nesta última, houve um claro processo de polarização espacial, que se traduz num saldo migratório quase que o dobro da média do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo apresentou um desempenho peculiar pois, apesar de continuar atraindo fluxos migratórios, o saldo migratório observado em sua região metropolitana foi bastante pequeno, ainda que muito maior do que na RMRJ. Por outro lado, suas cidades médias interioranas tiveram um crescimento notável, tendo se verificado um expressivo saldo migratório. Cabe, ainda, fazer referência ao saldo migratório apresentado pelas cidades médias interioranas do Sudeste, exclusive as paulistas. O percentual apresentado, inferior, mas próximo à média do conjunto das regiões metropolitanas, sofre viés em função de que três cidades médias do Espírito Santo aí incluídas (Vila Velha, Cariacica e Serra), fazem parte hoje da Região Metropolitana de Vitória.

O saldo migratório é uma medida cujo valor pode resultar de enormes diferenças entre os fluxos migratórios. Duas cidades podem apresentar saldos migratórios idênticos, por exemplo, de 10.000 habitantes. Porém, uma pode referir-se a diferença entre 310.000 imigrantes e 300.000 emigrantes, enquanto que a outra, num cenário de grande estagnação, tenha atraído 15.000 pessoas e expulsado outras 5.000. Para não se trabalhar apenas com o saldo migratório, será interessante fazer uma análise que leve em conta as diferenças nas taxas de imigração e emigração destas cidades. Será possível, daí, falar-se em cidades médias como aquelas que apresentam “forte atração”, “cidades emissoras”, “cidades estáveis” ou “cidades de passagem”.

O conhecimento do contingente emigratório, e conseqüentemente da taxa de emigração nos informa sobre as “frustrações” vividas pelos residentes das áreas em estudo, ou ainda, a ocorrência de áreas dinâmicas vizinhas que estejam atraindo seus residentes. O lapso temporal existente entre a dinâmica de crescimento econômico de uma região e os movimentos migratórios atraídos por oportunidades criadas nesta mesma região pode gerar uma defasagem na resposta dos migrantes ao ponto de haver cessado o dinamismo econômico da região sem que tenha diminuído o fluxo de entrada de migrantes. O resultado destes movimentos migratórios defasados pode ser o de motivar uma posterior etapa migratória, a fim de sanar as frustrações vividas pelos imigrantes que dirigiram-se para estes centros na esperança de

oportunidades de emprego, na verdade inexistentes. E é claro, a saída, tanto de naturais como de migrantes rumo a outras regiões, pode tanto expressar uma queda absoluta da economia do centro em análise (fatores de estagnação), como uma perda relativa na dinâmica de crescimento em virtude da concorrência alhures de centros de maior dinamismo (fatores de atração).

Elaborando-se uma matriz que relacione taxas altas, médias e baixas de imigração e emigração das cidades médias e regiões metropolitanas foram separados nove grupos, dos quais quatro são os que despertam maior interesse. A classificação utilizada foi montada a partir dos quartis da distribuição de frequência das taxas de imigração e de emigração nas décadas de 1980. A classificação *baixa* aglutina 25% das cidades com as menores taxas, a classificação *média* corresponde à 50% das cidades em torno da mediana, e as classificadas como *altas* são as 25% cidades de maior taxa (Diagrama 1).

Diagrama 1 – Classificação das Cidades Médias e Regiões Metropolitanas segundo Taxas de Imigração e Emigração para a década de 80.

		Emigração		
		Baixa	Média	Alta
Imi gra ção	B a i x a	Recife	Belém	
		Salvador	São Paulo	
		Rio de Janeiro	Santarém	Sobral - Total
		Belo Horizonte	Jequié	Teófilo Otoni
		Porto Alegre	Cachoeiro do Itapemirim	Jundiá
		Nova Friburgo	Taubaté	Lages - Total
		Petrópolis	Barra Mansa/Volta Redonda	
		Campos	Ponta Grossa	
		Divinópolis	Uruguaiana	
	Pelotas/Rio Grande			
	M é d i a		Mossoró *	
			Caruaru	
			Parnaíba	
			Campina Grande	
			Feira de Santana	Arapiraca
			Juiz de Fora	Juazeiro do Norte/Crato
			Sete Lagoas	Itabuna/Ileus
			Poços de Caldas	Vitória da Conquista
			Uberaba	Governador Valadares
		Montes Claros	Timóteo/Ipatinga/Coronel Fabriciano	
	Fortaleza	Guarujá	Presidente Prudente	
	Curitiba	São Carlos	Americana	
	Franca	Rio Claro	Santos	
	Piracicaba	Jacareí	Londrina	

	Mogi Guaçu	São José dos Campos	Guarapuava
		Ribeirão Preto	Passo Fundo *
		Sorocaba	
		Araraquara	
		Limeira	
		Araçatuba	
		Marília	
		Blumenau	
		Itajaí	
		Joenville	
		Caxias do Sul	
		Santa Maria	
		Criciúma	
A l t a	Aparecida de Goiânia	Juazeiro/Petrolina	Cascavél *
	Várzea Grande	Anápolis	Marabá - Total
	Luziânia	Cariacica	Maringá
	Serra	Vila Velha	Dourados *
	Praia Grande	Uberlândia	Imperatriz - Total
	Sumare	São Vicente	Foz dos Iguaçu - Total
	Santa Bárbara d'Oeste	Bauru	Rondonópolis - Total
	São José	São José do Rio Preto	

Fonte: Tabulação Própria a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

O primeiro grupo de interesse é constituído das localidades cujas taxas tanto de imigração quanto de emigração são baixas: tratam-se de cidades estáveis, de ocupação já consolidada. O grupo é formado por 5 regiões metropolitanas e 5 cidades médias. Dentre estas últimas, destacam-se 3 cidades médias do interior fluminense. Este resultado indica que não foi logrado o objetivo de diminuir o elevado grau de polarização espacial na área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro através do crescimento de suas cidades médias. Não se sustentando, portanto, a grande expectativa que pudessem contribuir para a reversão da concentração após a fusão dos antigos Estados do Rio e Guanabara, em 1975. Quanto as cinco regiões metropolitanas deste grupo, sua estabilidade decorre do fato de que, apesar de atraírem grande contingente de imigrantes, a magnitude de sua população é tal que o impacto da imigração é arrefecida. Por isso, as taxas de imigração e emigração em relação a sua população é baixa, comparando-se com a do conjunto das cidades médias.

As cidades que apresentaram baixa taxa de imigração com alta taxa de emigração estão incluídas num grupo de cidades médias estagnadas. O grupo é reduzido, composto de apenas 4 cidades: Sobral, Teófilo Otoni, Jundiá e Lages. Como as cidades do primeiro grupo, sua ocupação é bastante antiga, típica de uma dinâmica econômica já ultrapassada, o que fez com que sua importância na rede urbana regional diminuísse. Apesar de não terem perdido população absoluta na década, seu saldo migratório foi negativo nos anos 80, dada a alta emigração.

Numa situação contrária, o terceiro grupo inclui as cidades que apresentaram altas taxas de imigração combinadas com baixa emigração, representando o grupo de cidades mais dinâmicas, uma vez que o desempenho econômico está estreitamente relacionado com o crescimento demográfico. É interessante verificar que as oito cidades médias deste grupo são localizadas no entorno de capitais estaduais ou em regiões metropolitanas (institucionalizadas

ou não), casos de Campinas e Santos, em São Paulo e de Vitória, no Espírito Santo. Portanto, as “cidades de forte atração” de imigrantes não são localidades interioranas típicas. As cidades paulistas de maior dinamismo estão contidas na conurbação paulista, reunindo numa enorme área urbana as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos. O fato das cidades estudadas de maior dinamismo pertencerem às referidas áreas metropolitanas significa que a reversão da polarização à partir da RMSPP tem como uma de suas consequências a formação de novas áreas polarizadoras, sendo, portanto, indefensável a interpretação de que exista um espraiamento territorialmente homogêneo vinculado à perda da participação da metrópole paulista na renda nacional.

Outro cruzamento de grande interesse é o que combina cidades com altas taxas de imigração e, ao mesmo tempo, de emigração, o que caracteriza uma situação de grande fluidez, com tais cidades desempenhando o papel de etapa intermediária de fluxos migratórios. Como nos ensina da Matta (1973) é possível encontrar certas regularidades nas sequências das migrações, dentre as quais a de que as pessoas que nascem no meio rural atingem as cidades grandes por etapas, deslocando-se primeiramente para cidades limítrofes às suas áreas de origem. Desta forma, como as cidades médias cumprem muitas vezes à função de centros urbanos polarizadores de extensas áreas rurais à sua volta, torna-se provável que entre seus imigrantes exista parcela significativa que estivesse ali apenas provisoriamente, como etapa de um deslocamento rumo aos grandes centros nacionais. Esta situação de “cidades de passagem” é típica de área de ocupação recente, não consolidada. O grupo é formado de 7 cidades, das quais 4 estão localizadas na área da “fronteira amazônica”. As outras 3 cidades situam-se no Paraná, que foi fronteira econômica nas décadas de 20 a 50, com a expansão cafeeira, mas que, nos anos 60 inicia um processo de reconversão produtiva, transformando-se nos anos 80 em região de grande atividade industrial, tendo ocorrido mesmo a erradicação do café naquele Estado.

As outras 4 regiões metropolitanas que não se situaram nestes quatro grupos de interesse foram Belém e São Paulo, cujas taxas de imigração foram baixa e as de emigração foram médias, além de Fortaleza e Curitiba, ambas com taxas médias de imigração e baixa de emigração. Estas duas últimas foram aquelas onde se observou o mais elevado grau de atração, o que já se refletia no seu alto saldo migratório, conforme observa-se na Tabela 1, saldo bem superior à média das regiões metropolitanas e do conjunto das cidades médias. Nunca é demais lembrar que, apesar desses indicadores, as regiões metropolitanas não estavam no grupo das localidades de “forte atração” devido ao procedimento metodológico que resultou em taxas médias menores para as regiões metropolitanas devido a magnitude de sua população, o que diminuiu o peso da imigração como componente de sua dinâmica demográfica. Assim, as regiões metropolitanas de Fortaleza e Curitiba, mais as 8 cidades médias de “forte atração” de imigrantes, todas localizadas em áreas metropolitanas ou entorno de capitais estaduais, são os principais destinos dos fluxos migratórios, e não as cidades médias tipicamente interioranas.

IV.2 - Perfil dos Fluxos Migratórios na Década de 80: cidades médias *vis-à-vis* regiões metropolitanas

IV.2.1 - Imigração: importância do componente rural-urbano

Dado o já elevado grau de urbanização da população brasileira, as migrações referem-se principalmente a movimentos de tipo urbano-urbano. Contudo, continuam as migrações de tipo rural-urbanas devido a combinação de incorporação de novas tecnologias no campo,

poupadoras de mão de obra com estrutura fundiária baseada na grande propriedade agrícola. A resultante liberação de trabalhadores agrícolas torna-se componente importante da mobilidade da população, produzindo fluxos migratórios de origem rural em direção às áreas urbanas. Resta analisar quais os principais destinos destes fluxos: cidades médias ou regiões metropolitanas?

Tabela 2 - Origens dos imigrantes ao longo da década 1981-1991, segundo escalas espaciais selecionadas.

Escalas Espaciais	Imigrantes Rurais / Imigrantes totais (%)	Migração Intra-Estadual (%)	Migração Intra-Regional (%)	Migração Inter-Regional (%)	Taxa Anual de cresc. Urbano (%) 1980/91
Cidades Médias do NO	29,4	50,2	10,4	36,8	5,71
Cidades Médias do NE	33,7	67,1	12,9	20,4	3,39
Cidades Médias do SE	18,9	69,5	13,8	18,0	2,90
Cidades Médias do SU	27,5	70,6	13,5	18,2	2,86
Cidades Médias do CO	17,3	53,9	18,8	25,1	6,72
Cidades Médias - Total	22,9	67,3	14,1	19,5	3,19
RM Belém	37,1	68,4	4,56	25,38	2,65
RM Fortaleza	36,3	71,6	12,31	16,39	3,49
RM Recife	25,5	57,7	20,87	23,25	1,85
RM Salvador	27,1	74,8	10,42	14,41	3,18
RM Belo Horizonte	27,2	72,3	14,38	14,00	2,52
RM Rio de Janeiro	19,9	29,1	20,04	51,72	1,01
RM São Paulo	28,7	24,3	13,56	64,38	1,85
RM Curitiba	26,9	62,4	12,98	24,99	3,02
RM Porto Alegre	32,1	79,8	11,28	11,07	2,60
Regiões Metropolitanas - Total	28,3	47,6	13,9	40,1	1,98

Fonte: Tabulação Própria a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Estudos de mobilidade da população de origem rural apontam como as migrações rural-urbanas são realizadas de modo gradual, envolvendo mais de uma etapa entre a área de origem e o destino final, o que exige precauções na análise ora realizada uma vez que esta limita-se apenas ao último deslocamento dos imigrantes. Conforme indicam os dados da Tabela 2, foi maior o percentual de imigrantes de origem rural nas regiões metropolitanas do que nas cidades médias interioranas.. Nestas últimas, o destaque foram as cidades médias nordestinas, cujo percentual de imigrantes rurais alcançou uma terça parte de todos os imigrantes. No grupo das regiões metropolitanas, Belém, Fortaleza e Porto Alegre apresentaram taxas de imigração de pelo menos um terço da imigração total. Nos Estados onde se situam estas regiões metropolitanas, o percentual de população rural ainda é significativo, superior a média nacional, o que ajuda a explicar a maior incidência de migração de tipo rural-urbana. Ou sejam, supõe-se que estes imigrantes rurais sejam originários do próprio Estado, considerando, ademais, o elevado percentual de imigração intra-estadual nestas localidades.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no outro extremo, contou com apenas uma quinta parte de imigrantes originários de áreas rurais. Apesar de menor do que nas demais regiões metropolitanas, este é ainda um índice elevado, considerando tratar-se o Rio de Janeiro de um Estado com taxa de urbanização superior a 95%, o que sugere que parte destes imigrantes rurais sejam originários de outros Estados da Federação. Outro dado a sugerir esta

interpretação é o pequeno índice de imigração intra-estadual na região metropolitana fluminense, inferior a 30% do total dos imigrantes na década de 1980.

IV.2.2 - Área de Alcance das Imigrações

Cabe agora considerar o alcance dos fluxos migratórios que se dirigiram às cidades médias, comparando-o com aquele que fixou-se nas regiões metropolitanas. A suposição que fazemos é a de que as migrações de curta distância, aquelas de âmbito intra-urbana ou intra-estadual, resultam, sobretudo, da reacomodação da população local. Já a imigração de longa distância, refere-se a movimentos inter-regionais, para os quais a atração exercida pela área de destino é fator fundamental na explicação das decisões de imigrantes se deslocaram para outras regiões geoeconômicas. As imigrações de média distância são aquelas oriundas de outros Estados da região geo-econômica onde se situa a localidade considerada. Nestas condições, quanto maior forem os movimentos de longa distância, maior é o poder de atração do destino final, revelando tratar-se de cidade média com boas perspectivas de desenvolvimento, ou receptoras de fluxos migratórios motivados por emissão de informação defasadas sobre boas perspectivas de emprego. Por outro lado, a maior importância dos movimentos de curta distância podem sugerir baixa atratividade da localidade para onde se dirigem os imigrantes.

A distribuição dos imigrantes das cidades médias segundo regiões mostra que onde a ocupação está mais consolidada, caso das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, a mobilidade da população é menor, com cerca de 2/3 dos imigrantes originários do próprio Estado onde se localiza a cidade média. No Centro-Oeste e no Norte, dada sua condição de fronteira econômica até os anos 60, o alcance espacial dos movimentos é maior.

Quando analisamos esta mesma distribuição de imigrantes por regiões metropolitanas, verificamos que a única região metropolitana localizada na Região Norte, Belém, apresenta perto de 70% de seus imigrantes originários do próprio Estado do Pará, percentual semelhante aquele apresentado pelas cidades médias das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Este resultado sugere que a ocupação nesta metrópole já esteja também com um avançado grau de consolidação já que quando iniciou-se a expansão da ocupação do país em direção à Amazônia, Belém já era uma importante metrópole regional.

O dado de maior destaque na tabela acima refere-se ao desempenho das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro no que concerne à área de alcance dos seus fluxos migratórios. Apenas 1/4 dos imigrantes eram originários do próprio Estado e mais da metade vinha de outras regiões geo-econômicas. Este resultado indica que estas duas metrópoles genuinamente nacionais, e não apenas regionais, continuaram atrair imigrantes que se dispunham a percorrer longas distâncias até alcançar, no Sudeste, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro ou São Paulo. Portanto, em plena “década perdida”, a década de 80, a crise que deveria ter desestimulado a vinda de imigrantes para os principais centros econômicos do país, não foi forte o suficiente para estancar os fluxos migratórios para aquela região. Ou, pode ter sido menos intensa do que a severidade do quadro socioeconômico apresentado nas tradicionais áreas de emigração.

Nesta mesma década, Minas Gerais deixou de ser fonte de emigração, como tradicionalmente fora, junto com os estados nordestinos, passando, inclusive, a contar com migração de retorno. Este novo quadro demográfico se traduz numa reorganização espacial de

sua população, com os imigrantes concentrando-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nas metrópoles nordestinas de Fortaleza e Salvador, bem como na sulista Porto Alegre ocorreu fenômeno parecido. Em todas elas, os imigrantes de origem intra-estadual correspondiam a mais de 70% do contingente de imigrantes. Este resultado pode estar associado à crise econômica que, contribuindo para dificultar a sobrevivência nas áreas interioranas, conjugada à falta de alternativa nos tradicionais centros receptores dos fluxos imigratórios, redirecionou parte deste contingente para as metrópoles no âmbito do Estado de onde partem estes imigrantes.

As regiões metropolitanas de Recife e Curitiba constituem um caso diferente: não atraíram tantos imigrantes de outras regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também não apresentaram percentual tão elevado de imigrantes da própria região geo-econômica em que se situam, Nordeste e Sul, respectivamente. Recife apresentou percentual menor de imigrantes pernambucanos do que as cidades médias do próprio Estado de Pernambuco. O mesmo ocorreu com Curitiba e o Paraná. Vale dizer, tratam-se de duas metrópoles regionais que foram mais dinâmicas do que as cidades médias dos Estados no que respeita à atração de imigrantes de mais longa distância.

O desempenho econômico do Paraná ao longo da década de 80 é consistente com o resultado acima já que os novos empreendimentos industriais que vêm sendo implantados e que vêm mudando o perfil econômico do Estado, muito identificado com a produção primária até a década de 60, estão se localizando na Região Metropolitana de Curitiba.

Em Pernambuco, entretanto, a crise da década de 80 contribuiu para intensificar a perda de participação do Estado na economia brasileira. A atração de fluxos imigratórios de longa distância não pode ser explicada facilmente. Mesmo quando se considera a importância de Recife no âmbito do Nordeste, poderíamos questionar porque Salvador, a outra metrópole nordestina de importância semelhante a Recife, não atraiu o mesmo percentual de imigrantes de longa distância.

V - A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PELOS IMIGRANTES: CIDADES MÉDIAS VIS-À-VIS REGIÕES METROPOLITANAS

Face ao que foi examinado na seção anterior, parece não haver dúvidas sobre a importância das cidades médias como centros de atração de imigrantes no período em análise e como o crescimento populacional destes centros foi afetado pela chegada deste contingente de pessoas que buscaram se localizar em seu território. Será importante agora verificar como os mesmos se integraram nos mercados de trabalho destes centros, o que é feito nesta seção.

Obviamente que a presente abordagem enfrenta limites. Em primeiro lugar, o conjunto de informações necessárias a uma ampla compreensão do grau de integração dos imigrantes não corresponde ao conjunto de informações disponíveis. Neste aspecto, pode ser argumentado que fatores subjetivos – tais como a opção de morar em uma cidade menor, mesmo que isto resulte em rendas monetárias inferiores – deixarão de ser incorporados. Em segundo lugar, devido aos custos (tempo e recursos) implícitos na sistematização do universo de informações disponíveis, este estudo se atém a um conjunto limitado de variáveis, as quais são consideradas de extrema importância para os propósitos da investigação, quais sejam: o

nível da ocupação, a distribuição dos imigrantes em classes de renda e o grau de cobertura legal das relações de trabalho (posse de carteira de trabalho).

Ao compararmos a situação da totalidade dos imigrante no mercado de trabalho das localidades em estudo certamente encontraremos situações bastante heterogêneas. Tais discrepâncias podem se originar de diferenças na qualidade (tempo de chegada à cidade, escolaridade, experiência, adaptação prévia à vida urbana, idade) desta mão-de-obra imigrante. Assim, maiores salários numa determinada cidade pode não representar um maior dinamismo econômico desta, mais sim o fato de que para ela se dirigiu um grupo bastante seletivo de imigrantes, como consequência, por exemplo, da dinâmica particular de um determinado setor ou ramo da economia local. Diante desta possibilidade, passa-se a interpretar como as cidades médias e as regiões metropolitanas acolheram imigrantes com características semelhantes. Dois grupos relativamente mais vulneráveis de imigrantes foram selecionados para levar adiante o exercício comparativo quanto à sua integração nos mercados de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas:

Grupos de Imigrantes	Características (Filtros)
De Origem Rural Não Qualificados	menos de 5 anos de residência; idade entre 20 a 45 anos; menos de 5 anos de estudo, originário de áreas rurais (último deslocamento)
De Origem Urbana Não Qualificados	menos de 5 anos de residência; idade entre 20 a 45 anos; menos de 5 anos de estudo, originário de áreas urbanas (último deslocamento)

V.1 – Imigrantes de Origem Rural Não Qualificados

Durante a década de oitenta, o êxodo rural no Brasil alcançou cerca de 13 milhões de habitantes. A evasão rural durante o primeiro quinquênio dos anos noventa foi estimado por Camarano e Abramovay (1997) em 4,6 milhões de pessoas, representando cerca de 30% de toda população que vivia no campo em 1980. Tais resultados permitiram aos autores concluir pela persistência do processo de desruralização no país.¹⁹ A permanência da importância dos fluxos rurais – urbanos justifica o exercício empírico aqui desenvolvido, pois realça a potencialidade das cidades médias funcionarem como centros receptores da população rural nacional. Embora, como anteriormente demonstrado, os imigrantes rurais privilegiaram as regiões metropolitanas como destino migratório, quando comparadas com as cidades médias (ver Tabela 2).

Percebe-se que é pequena a variância entre os resultados encontrados para as taxas de ocupação. No limite inferior, a região metropolitana de Salvador apresenta a menor taxa de ocupação para os imigrantes rurais não qualificados. Estes mesmos imigrantes encontram maiores oportunidades nas cidades do médias do Norte (Santarém e Marabá) e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A Tabela 3 indica que a taxa de ocupação (tanto para as cidades médias como para as RM's) entre os imigrantes rurais não qualificados é superior àquela encontrada para o conjunto dos imigrantes (Tabela 2). Este resultado é bastante plausível na medida em que o referido grupo de imigrantes é composto por uma população economicamente ativa (PEA) com idade entre 20 e 45 anos, cuja probabilidade de estarem empregados é superior aquela para o conjunto total dos imigrantes (PEA acima de 10 anos).

¹⁹ Ver Camarano e Abramovay (1997), pág. 5.

Os resultados encontrados através da variável posse de carteira de trabalho vem reforçar os resultados anteriormente alcançados que apontam a existência de “cidades de passagem” nas áreas de fronteira. A elevada taxa de empregados sem cobertura legal nestas cidades reflete o grau de instabilidade no mercado de trabalho que deve caracterizar as ditas cidades de passagem. Vale lembrar que a ocorrência do garimpo de Serra Pelada contribui fortemente para a baixa cobertura legal do trabalho na cidade de Marabá (23%). Chama atenção também a falta de cobertura legal dos postos de trabalho das cidades médias pertencentes aos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. As cidades de Governador Valadares e Teófilo Otoni, ambas pertencentes à região Nordeste de Minas, possuíam uma taxa de cobertura legal dos postos de trabalho para os imigrantes rurais não qualificados de respectivamente 35 e 34 por cento. Esta região de Minas Gerais é hoje caracterizada pela presença de setores industriais tradicionais, onde a base econômica é a pecuária de corte extensiva [Ferreira (1996, p. 38)] .

O que há de mais interessante nos dados referentes à posse de carteira de trabalho dos imigrantes rurais não qualificados é a notória vantagem ofertada para àqueles que decidiram deslocar-se para as metrópoles, ao invés de dirigirem-se para as cidades médias. Parece ainda que o efeito informação teve papel relevante para distribuir a população imigrante rural não qualificada, uma vez que estes se dirigiram preponderantemente para as áreas metropolitanas onde havia maior cobertura legal do emprego, ou seja nas regiões metropolitanas.

Tabela 3 – Taxa de Ocupação (TO), Posse de Carteira de Trabalho (PCT), e Distribuição de Rendimento em Salários Mínimos (set/91) dos Imigrantes Rurais Não Qualificados, para as Cidades Médias e Regiões Metropolitanas, em 1991.(*)

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	TO	PCT (%)	até 2 s.m. (%)	2 a 5 s.m (%)	5 a 10 s.m (%)	10 ou mais (%)
CM's do Norte	97,5	23,4	88,6	9,2	0,8	1,4
CM's do Nordeste	96,0	36,2	95,9	3,5	0,5	0,1
CM's do RJ, MG, ES	96,8	63,5	90,5	8,3	0,9	0,3
CM's de SP	96,5	77,0	68,4	29,4	1,8	0,4
CM's do Sul	96,3	76,6	76,8	21,7	1,5	0,1
CM's do Centro-Oeste	95,6	55,7	79,8	7,4	2,4	0,5
Total	96,3	62,3	82,1	16,3	1,3	0,3
Região Metropolitana						
Belém	96,8	47,1	80,7	17,1	2,3	0
Fortaleza	96,5	47,7	94,7	4,7	0,5	0
Recife	93,9	55,9	95,2	3,9	0,7	0,1
Salvador	93,5	54,3	92,7	7,0	0,2	0,1
Belo Horizonte	97,1	75,3	90,9	8,4	0,5	0,3
Rio de Janeiro	95,6	71,2	88,2	11,2	0,6	0,1
São Paulo	95,3	80,9	59,9	37,1	2,7	0,3
Curitiba	95,4	75,9	77,5	21,6	0,5	0,3
Porto Alegre	96,6	85,7	82,9	16,4	0,6	0,2
Total	96,6	73,4	74,4	23,8	1,6	0,2

Fonte dos dados originais: FIBGE, Censos Demográficos; tabulação própria a partir destes dados.

(*) A posse de carteira de trabalho foi calculada apenas para o pessoal ocupado na posição de empregado. PCT = Pessoal Ocupado na Posição de Empregado com Carteira / Pessoal Ocupado na Posição de Empregado.

Em todas as regiões geo-econômicas as áreas metropolitanas lograram ofertar maior proteção trabalhista aos imigrantes rurais não qualificados do que as cidades médias. No Nordeste, por exemplo, apenas 36 por cento destes imigrantes que chegaram às cidades médias possuíam carteira de trabalho, enquanto a posse de carteira de trabalho nas regiões metropolitanas nordestinas cobria cerca de 53 por cento dos mesmos imigrantes, embora esta taxa seja significativamente inferior àquelas vigentes nas cidades médias da região Sul ou do estado de São Paulo.

No estado de São Paulo novamente pode-se perceber que no conjunto das cidades médias a condição de trabalhadores sem carteira foi ligeiramente superior à vigente na região metropolitana de São Paulo. Isto significa que mesmo aonde a desconcentração ocorre de forma mais intensa há ainda vantagens para que os imigrantes escolham a metrópole paulistana como área de destino. É claro que existe uma significativa variância entre as cidades médias paulistas no que diz respeito a taxa de cobertura legal do emprego. Cidades situadas no entorno imediato à região metropolitana de São Paulo, como Limeira, Jundiá e Sorocaba ofertavam à cerca de 85 por cento dos imigrantes rurais não qualificados empregos com carteira assinada, enquanto nos centros situados mais próximos às fronteiras com o Paraná e Mato Grosso do Sul, como Presidente Prudente e São José do Rio Preto, apenas 60 por cento destes imigrantes possuíam a referida cobertura. O grau diferenciado de industrialização entre estes dois grupos de cidades paulistas provavelmente explicam estas diferenças sobre a cobertura legal do emprego.

A análise da distribuição de rendimentos dos imigrantes rurais não qualificados mostra em primeiro lugar quão frágil é sua posição no mercado de trabalho dos centros urbanos nacionais de médio e grande porte. No conjunto das cidades médias nacionais cerca de 59 por cento do total dos imigrantes percebiam rendas inferior a dois salários mínimos. Quando se analisa separadamente o grupo de imigrantes rurais não qualificados identificam-se 82 por cento destes recebendo menos de dois salários. Também nas regiões metropolitanas ocorre este diferencial, recebendo menos de dois salários mínimos 58 por cento dos imigrantes totais e 74 por cento dos imigrantes rurais não qualificados. Tais resultados apontam que para os movimentos rurais – urbanos a escolha das metrópoles como alvo de migração mostra-se salarialmente vantajosa.

Até que ponto esta vantagem salarial é puramente nominal dependerá das diferenças entre o custo de vida vigente nas metrópoles e nas cidades médias. De qualquer forma, não há em termos salariais nenhuma evidência de que a opção pela escolha dos centros médios seja a mais racional.

Ainda analisando-se a classe de renda dos mais pobres, vê-se que o percentual de imigrantes rurais não qualificados das regiões metropolitanas nordestinas recebendo menos de dois salários é quase idêntico ao das cidades médias regionais, sendo pouco melhor a situação na região metropolitana de Salvador. Também entre as cidades médias do Sudeste (exclusive São Paulo) e as regiões metropolitanas do RJ e BH, há poucas diferenças no que se refere ao rendimento.

V.2 – Imigrantes de Origem Urbana Não Qualificados

Como visto anteriormente, cerca de $\frac{3}{4}$ dos fluxos migratórios que chegaram às cidades médias e regiões metropolitanas do país na década de 80 foram do tipo urbano → urbano. Com a desruralização da sociedade brasileira em marcha estes fluxos tendem a ampliar sua

importância, o que justifica a construção deste novo recorte dedicado a compreender como os imigrantes de origem urbana e de baixa (ou nenhuma) escolaridade foram absorvidos nos mercados de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas.

A princípio, têm-se a expectativa que a experiência, ou cultura, previamente adquirida pelos imigrantes originários de áreas urbanas, funciona como um atributo positivo no mercado de trabalho, valorizando-o frente ao imigrante de origem rural. De outra forma, pode-se argumentar, que para determinadas ocupações seja indiferente a origem do imigrante, se urbana ou rural. Contudo, mesmo nestes casos, a provável maior desenvoltura do imigrante urbano com os canais de comunicação das cidades pode lhes proporcionar uma melhor colocação no mercado de trabalho.

Seguindo a análise da Tabela 4 pela ordem de suas colunas, em primeiro lugar é possível perceber que a taxa de ocupação entre os imigrantes urbanos não qualificados é de uma forma geral menor do que aquela experimentada pelos imigrantes de origem rural, o que pode ser observado confrontando-se os resultados da Tabela 3. Tal fato, a princípio estranho, pode resultar dos diferentes limites críticos salariais entre os imigrantes urbanos e rurais, abaixo dos quais o indivíduo prefere continuar na posição de desocupado em busca de uma melhor oportunidade de trabalho. Esta hipótese é em parte sustentada pela diferente distribuição dos imigrantes urbanos e rurais em classes de renda, em favor dos primeiros.

Ao contrário do observado para os imigrantes rurais não qualificados, nas cidades médias a taxa de ocupação entre os imigrantes urbanos é ligeiramente superior daquela observada nas regiões metropolitanas do país. Vê-se ainda que a taxa de ocupação assume valor mínimo nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador, sendo maior a absorção de imigrantes nas cidades médias nordestinas do que nestas metrópoles regionais. No outro extremo as cidades médias do Sul, de São Paulo e do Centro Oeste apresentaram taxas de desemprego (1-TO) menores do que 4%.

Quanto à Posse de Carteira de Trabalho – PCT, é notório que de uma forma geral os imigrantes urbanos não qualificados estavam mais protegidos pela legislação trabalhista do que aqueles de origem rural. Tal como para os imigrantes rurais, nas metrópoles o grau de formalidade das relações de trabalho mostrou-se superior ao das cidades médias para os imigrantes urbanos não qualificados.

Fortaleza foi a metrópole que menos cobertura legal ofereceu aos imigrantes urbanos não qualificados, similar à cobertura ofertada pelas cidades médias nordestinas. No outro extremo as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo chegaram a cobrir legalmente mais de 80% dos trabalhadores imigrantes na posição de empregados, o que sugere que esta cobertura legal pode estar associada ao grau de industrialização das unidades espaciais em estudo.

Tabela 4 – Taxa de Ocupação (TO), Posse de Carteira de Trabalho (PCT), e Distribuição de Rendimento em Salários Mínimos (set/91) dos Imigrantes Urbanos Não Qualificados, para as Cidades Médias e Regiões Metropolitanas, em 1991.(*)

Cidades Médias e Regiões Metropolitanas	TO	PCT (%)	até 2 s.m. (%)	2 a 5 s.m (%)	5 a 10 s.m (%)	10 ou mais (%)
CM's do Norte	94,82	32,72	78,77	18,07	3,15	0,00
CM's do Nordeste	94,49	43,12	88,79	9,59	1,42	0,21
CM's do RJ, MG, ES	95,43	65,20	81,17	16,15	1,96	0,72
CM's de SP	96,30	73,47	59,52	35,15	4,48	0,85
CM's do Sul	97,60	70,40	70,82	25,19	3,00	0,99
CM's do Centro-Oeste	96,08	65,82	57,40	32,20	7,60	2,80
Total	95,95	65,10	66,71	26,97	4,81	1,51
Região Metropolitana						
Belém	94,39	59,62	76,22	19,66	3,39	0,73
Fortaleza	95,81	42,90	89,20	9,79	0,35	0,65
Recife	91,91	54,16	86,02	11,62	1,63	0,73
Salvador	92,03	54,63	86,34	11,26	1,88	0,53
Belo Horizonte	96,85	72,32	83,29	15,31	0,87	0,53
Rio de Janeiro	94,84	73,34	80,47	18,01	1,32	0,20
São Paulo	94,77	80,34	56,64	39,34	3,62	0,40
Curitiba	95,77	74,18	63,89	33,17	2,44	0,51
Porto Alegre	96,15	83,10	75,87	21,40	2,34	0,39
Total	94,79	73,77	67,85	29,06	2,66	0,43

Fonte dos dados originais: FIBGE, Censos Demográficos; tabulação própria a partir destes dados.

No tocante à distribuição dos imigrantes não qualificados em classes de renda, em primeiro lugar observa-se que a sua origem (se urbano ou rural) é fundamental na determinação de sua remuneração. Embora os imigrantes não qualificados de origem urbana tenham em geral uma baixa remuneração, a situação é significativamente melhor do aquela apresentada pelos imigrantes de origem rural (Tabela 3), entre os quais menos de 20%, em média, recebiam remuneração superior a 2 salários mínimos.

Em termos salariais, os imigrantes não qualificados de origem urbana que se destinaram as cidades médias experimentaram uma ligeira melhor aceitação no mercado de trabalho, quando comparados com aqueles que se dirigiram às metrópoles. E isto é ainda mais verdadeiro quando se reconhece ser o custo de vida nas metrópoles superior ao verificado nas cidades médias. Nas cidades médias, destaca-se as oportunidades oferecidas pelas cidades médias do Centro-Oeste aos seus imigrantes urbanos não qualificados, garantindo a mais de 10% destes rendas superiores a 10 salários mínimos. Nenhuma região metropolitana logrou chegar perto deste resultado, oferecendo, no máximo, a 4% destes imigrantes (São Paulo e Belém) rendas superiores a 10 salários mínimos. A posição de fronteira econômica ocupada pela região Centro-Oeste e o ritmo acelerado de crescimento do Distrito Federal provavelmente oportunizaram nas suas cidades médias regionais (Anápolis, Dourados, Rondonópolis, Aparecida de Goiânia e Luziânia) ocupações de maior remuneração.

Com relação a situação de pobreza²⁰ entre os imigrantes não qualificados de origem urbana nas regiões metropolitanas vê-se por um lado a distinta posição de São Paulo e Curitiba, garantindo, respectivamente, a 43% e 36% destes imigrantes rendas superiores a dois

²⁰ Os imigrantes tidos como pobres nesta análise são aqueles pertencentes à classe inferior de renda.

salários. Contudo, vê-se que as duas outras metrópoles sudestinas (Rio de Janeiro e Belo Horizonte) ofereceram rendas inferiores a 2 salários mínimos aos seus imigrantes em proporção similar ao ocorrido nas metrópoles nordestinas. Entre cidades médias, ainda analisando a proporção de imigrantes não qualificados com rendas inferiores, vê-se que as nordestinas, seguidas das cidades médias do sudeste (exceto São Paulo) remuneraram mais de 80% destes imigrantes com baixos salários.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita neste estudo mostra que embora os fluxos migratórios ocorridos no período 1980/91 ainda tenham tido uma orientação metropolitana, foi bastante significativa a participação dos mesmos nas cidades médias não metropolitanas e não capitais de estado, confirmando a possibilidade das mesmas funcionarem como “*diques*” que contiveram pelo menos parte dos fluxos que, de outra maneira, engrossariam os que se dirigiam para as regiões metropolitanas.

As imigrações superaram as emigrações tanto nas cidades médias, quanto nas regiões metropolitanas, o que produziu saldos migratórios positivos para ambos os grupos de cidades, saldos estes que foram importantes para aumentar bastante a taxas de crescimento populacional nas cidades médias, sendo de notar particularmente o quanto isto foi expressivo para aquelas nas regiões de fronteira no Norte e no Centro-Oeste e no estado de São Paulo.

Deve-se notar ainda que embora a imigração naquele período tenha sido predominantemente do tipo urbano/urbano, uma parcela significativa delas ainda foi do tipo rural/urbano, quer para as cidades médias, quer para as regiões metropolitanas, com preponderância da imigração intra-estadual.

A análise da absorção dos imigrantes nos mercados de trabalho destes centros mostrou que os seus rendimentos eram bastante concentrados na classe inferior da distribuição, caracterizando uma condição de elevado nível de pobreza nas cidades médias e nas regiões metropolitanas, embora tenha ficado claro que a experiência urbana pretérita do imigrante funcionou como um atributo de valorização no mercado de trabalho dos referidos centros.

Uma análise comparativa da quantidade e qualidade da absorção dos imigrantes nos mercados de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas pode ser sistematizada como na Tabela abaixo, na qual, para cada indicador e cada grupo de imigrante, é apontado onde (se nas cidades médias ou regiões metropolitanas) os imigrantes obtiveram maiores benefícios comparativamente.

Indicadores	Rurais Não Qualificados	Urbanos Não Qualificado
Taxa de Ocupação	Regiões Metropolitanas	Cidades Médias
Posse de Carteira de Trabalho	Regiões Metropolitanas	Regiões Metropolitanas
Menor Proporção de Pobres (percentual de imigrantes na classe inferior)	Regiões Metropolitanas	Cidades Médias
Maiores Oportunidades (percentual de imigrantes nas duas classes superiores)	Regiões Metropolitanas	Cidades Médias

Para o grupo dos imigrantes rurais não qualificados foi percebida a existência de “cidades de passagem” nas áreas de fronteira, caracterizadas por um maior grau de instabilidade no mercado de trabalho, assim como observou-se a maior vantagem de trabalho

formal nas regiões metropolitanas, as quais apresentam maior cobertura legal para os trabalhadores. Isto pode ter influenciado os fluxos imigratórios, os quais podem ter sido atraídos por qualidades extra-salariais dos empregos ofertados. Adicionalmente a esta hipótese, a análise dos diferenciais de rendimentos nas cidades médias e nas regiões metropolitanas foi conclusiva no sentido de apontar que para os movimentos rurais-urbanos a escolha das metrópoles como destino dos fluxos imigratórios mostrou-se salarialmente vantajosa, o que reforçou a escolha feita pelos imigrantes.

Já para o grupo mais expressivo de imigrantes, aqueles do tipo urbano – urbano, as cidades médias apresentaram uma maior receptividade, excetuando-se o aspecto da cobertura legal das relações trabalhistas. Para a análise dos resultados relativos à questão salarial deve ser considerado ainda o fato dos diferenciais de custo de vida entre cidades médias e regiões metropolitanas, fato que amplia a situação salarialmente vantajosa dos imigrantes de origem urbana que se destinaram às cidades médias. Tais resultados indicam possuir as cidades médias papel estratégico para os rumos da desconcentração urbana nacional. Embora a melhor colocação do imigrante nas cidades médias tende a se difundir como informação (pessoal ou midiática), sustentando movimentos imigratórios futuros para estes centros, as políticas urbanas pró-desconcentração deveriam sustentar, direta ou indiretamente, este papel exercido pelas cidades médias

Nesta etapa de investigação não se tem ainda elementos teóricos e empíricos suficientes para explicar seguramente os fundamentos que tornam, comparativamente, as cidades médias mais receptivas ao imigrante de origem urbana, e as regiões metropolitanas mais receptiva àqueles imigrantes de origem rural. Um dado a ser investigado é a participação de imigrantes de origem metropolitana, ou de outros grandes centros, no total de imigrantes que se destinaram às cidades médias. Uma possibilidade, que requer investigação, é que parte significativa dos imigrantes urbanos que chegam às cidades médias seja formada por ex-moradores dos grandes centros urbanos nacionais, para os quais a experiência de terem vivido nestes centros contribui para valorizar sua posição nos mercados de trabalho das cidades médias. Outra possibilidade reside na maior diversidade de atividades nas regiões metropolitanas vis-à-vis as cidades médias, o que permitiria nas áreas metropolitanas maiores oportunidades ao grupo extremamente vulnerável de imigrantes não qualificados de origem rural.

Os resultados deste estudo reforçam a importância dos investimentos em qualificação da mão de obra como medida para sanar o nível de pobreza nos centros urbanos nacionais. Sugerindo adicionalmente ser desejável construir políticas diferenciadas de orientação para a população imigrante, sejam estas diferenças ditadas pela situação (rural ou urbana) de origem, ou pelo destino (cidades médias ou regiões metropolitanas), priorizando, contudo, o apoio aos imigrantes rurais que chegam às cidades médias brasileiras.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, T. A . e Serra, R. V., *O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, Coleção Texto para Discussão, número 554, 1998a.

ANDRADE, T. A . e Serra, R.V., *Crescimento Econômico nas Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, Coleção Texto para Discussão, número 592, 1998b.

AZZONI, C.R.. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. Fipe/USP, São Paulo, 1986.

- AZZONI, C.R., FERREIRA, D. *Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil*. Trabalho desenvolvido no âmbito do NEMESIS (MCT/Finep/CNPq/Pronex). São Paulo: Mimeo, 1997.
- CAMARANO, A. A . e Abramano, R. *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos Cinquenta Anos*. Rio de Janeiro: IPEA, mimeo., 1997.
- CANO, W. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (org.). *O novo Brasil urbano: impasses/ dilemas/perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- CASTRO, A.B. . Mudanças na dinâmica regional da economia brasileira. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social, nº 91, Curitiba: IPARDES,1997.
- DINIZ, C. C., *Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade industrial e desenvolvimento regional no Brasil*. IEI/Unicamp, IEI/UFRJ, Funcex, 1993, mimeo.
- DINIZ, C.C., LEMOS, M.B. . Impacto Regional da Privatização da Infra-estrutura no Brasil. In: Rezende, F. e Bruginski, T. (coords.) . *Infra-estrutura: perspectivas de reorganização; casos estaduais*. Brasília, IPEA, 1997.
- FERREIRA, M. “Rede de Cidades em Minas Gerais a partir da Realocação da Indústria Paulista”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, edição especial, 1996.
- GUIMARÃES Neto, L. *O Grande Capital vai à Periferia (Regiões, Conglomerados, Grandes Empresas e o Estado)* in ANPEC, Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, 1993.
- _____. A experiência brasileira de planejamento regional da perspectiva do Nordeste. In: Centro de Estudos Konrad-Adenauer-Stiftung/IPEA. *A política regional da era da globalização*. Série Debates Nº12, 1996. São Paulo.
- HADDAD, Paulo Roberto. Os Novos Pólos Regionais de Desenvolvimento no Brasil. In: VELLOSO, J.P.R. (org.). *Estabilidade e Crescimento: Os desafios do Real*. p. 333-372. Fórum Nacional: A construção da modernidade econômico-social. São Paulo, José Olympio Editora, 1994.
- LAVINAS, Lena. Pólos Regionais: condições para seu sucesso. In: VELLOSO, J.P.R. (org.). *Estabilidade e Crescimento: Os desafios do Real*. p. 373-391. Fórum Nacional: A construção da modernidade econômico-social. São Paulo, José Olympio Editora, 1994.
- MATTA, M. *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*. Rio de Janeiro: IPEA, Coleção Relatórios de Pesquisa, n. 19, 1973.
- NEGRI, B. Desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990). Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, Campos do Jordão, 1992.
- PACHECO, C. A. . Novos padrões de localização industrial: tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília, IPEA, mimeo, 1998.
- RODRIGUEZ, D.A. . Cenários de Desenvolvimento Regional. BNDES, mimeo, 1998.

